



**Município de Palmas**

**Secretaria Municipal de Finanças**

**Diretoria de Fiscalização**

**104 Norte - Avenida JK Edifício Via Nobre Empresarial, Lote 28-A, CEP: 77.066-014**



## Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)  
**02/10/2015 09:39**

Período de Competência  
**10/2015**

Município de Prestação do Serviço  
**Palmas - TO**

Reg. Especial Tributação  
**Nenhum**

Natureza da Operação  
**Tributação no município de Palmas**

### PRESTADOR DE SERVIÇOS



Razão Social  
**L B DE ANDRADE ME**

CPF/CNPJ  
**05.841.131/0001-15**

Inscrição Municipal  
**140740**

Fone/Fax  
**(63)3224-8117**

Simple Nacional  
**Sim**

Incentivador Cultural  
**Não**

E-mail  
**comercial@t1noticias.com.br**

Endereço  
**Quadra 108 Norte Avenida LO 4, 11 SALA 103 Bairro Plano Diretor Norte CEP 77006-090 Palmas - TO**

### TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social  
**CESAR HANNA HALUM**

CPF/CNPJ  
**085.840.601-20**

Inscrição Municipal

Fone/Fax  
**(61)3215-5422**

E-mail  
**imprensach@gmail.com**

Endereço

**Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, 01 Anexo 4 Gab-422 Bairro Zona Cívico-Administrativa CEP 70160-900 Brasília - DF**

Código Tributação Município: 1706-Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR NA HOME DO SITE: WWW.T1NOTICIAS.COM.BR, NO MÊS 09/2015.

OBS:ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE ESSA NF FOI QUITADA NO DIA 02-10-2015

### RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### VALORES

Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)
1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	3,84
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)
42,24	0,00	0,00	1.100,00	<b>1.100,00</b>

### OUTRAS INFORMAÇÕES

**CONTRIBUINTE ME, EPP OU MEI/SIMPLES NACIONAL**

CEC@ - CADASTRAMENTO  
CONTRIBUÍNTES / PESSOAS  
DAMI

NOTA ELETRÔNICA

RELATÓRIOS

VALIDAÇÃO

**Verificar Nota Eletrônica**

**USUÁRIO ANÔNIMO**

15:00

Tela Inicial

Sair

Verificar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

CPF / CNPJ Prestador 05.841.131/0001-15

Número da Nota 201500000000276

Código de Verificação no Selo CFEK-PGIZ

Verificar

Imprimir Nota

**Município: Palmas**

**Inscrição Prestador: 140740**

**CNPJ Prestador: 05.841.131/0001-15**

**CPF / CNPJ Tomador: 085.840.601-20**

**Valor da Base de Cálculo: 1.100,00**

**Valor do ISSQN: 42,24**

**Valor do ISSQN Retido: 0,00**

**Número do Documento: 201500000000276**

**Data de Emissão: 02/10/2015 09:39:43**

**Situação do Documento: Normal**

Os dados acima deverão ser conferidos com os dados da sua Nota Eletrônica. Caso apresente alguma discrepância este documento não é VERDADEIRO, entre imediatamente em contato com a Secretaria Municipal de Finanças e informe o referido fato.

24/09/2015 15h17min  
AÇÃO PARLAMENTAR

## Comissão aprova proposta de criação de farmácias veterinárias populares

De autoria do deputado César Halum, a medida pretende garantir subsídios para tornar mais baratos e permitir que os medicamentos de uso veterinário sejam utilizados por pequenos agricultores...

Autor: Ascom



Comissão aprova proposta de César Halum  
Douglas.Gomes

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, aprovou nesta quarta-feira, 23, a proposta do deputado federal César Halum (PRB-TO) que prevê a criação de farmácias veterinárias populares. Segundo o projeto (PL 4148/12), essas farmácias serão estabelecimentos privados que comercializarão diretamente ao consumidor, na forma de varejo, medicamentos para uso veterinário a preços subsidiados.

“A medida pretende garantir subsídios para tornar mais baratos e permitir que os medicamentos de uso veterinário sejam utilizados por pequenos agricultores para resguardar seus animais de doenças e epidemias”, afirma Halum.

Para o autor, a proposta se faz, pois a renda da agricultura familiar ainda é baixa, se comparada com a renda dos trabalhadores urbanos, razão pela qual muitas vezes não sobra dinheiro para adquirirem medicamentos veterinários destinados à sanidade dos animais criados em suas propriedades.

“Esse assunto é grave na medida em que focos de doenças animais podem surgir nas pequenas propriedades de agricultores familiares e depois se alastrarem para as demais áreas rurais causando graves prejuízos para a economia do país”, afirmou César Halum que lembra o êxito incontestável decorrente da iniciativa do Governo Federal ao criar, em 2004, o Programa Farmácia Popular do Brasil para ampliar o acesso dos cidadãos de baixa renda aos medicamentos destinados à saúde humana.

“A metodologia utilizada pelo Ministério da Saúde para implantar o Programa Farmácia Popular do Brasil poderia ser utilizada, com as adaptações necessárias, para garantir aos agricultores familiares o acesso gratuito aos medicamentos veterinários, tão necessários à sanidade dos animais mantidos em suas propriedades. E, na

09/09/2015 17h10min

AÇÃO PARLAMENTAR

## César Halum polemiza na Câmara ao sugerir que Governo legalize o jogo no Brasil

O parlamentar propôs na Câmara de Deputados na tarde desta quarta-feira, 9, que ao invés do Governo Federal aumentar a carga tributária ou a recriar a CPMF, legalize e regulamente o jogo no País.

Autor: Ascom



Halum polemiza ao defender legalização do jogo  
Ascom

O deputado federal César Halum (PRB-TO) polemizou na tarde desta quarta-feira, 9, ao defender da tribuna da Câmara dos Deputados a legalização do jogo no Brasil. O parlamentar afirmou que o setor tem potencial de arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões por ano, quase um terço do orçamento federal para a área de educação em 2014. Segundo ele, tal legalização poderia diminuir o déficit orçamentário previsto em R\$ 30,5 bilhões para 2016.

“Em vez de querer recriar a CPMF, que tem o repúdio total da população brasileira; em vez de taxar, ou aumentar a alíquota do imposto de renda de pessoa física, como está sendo proposto, nós poderíamos, num passo simples, solucionar dois problemas. Arrecadar dinheiro e criar o marco regulatório do jogo no Brasil”, defendeu.

Halum pontuou que a falta de regulação do jogo no Brasil tem permitido que muito dinheiro brasileiro vá para o exterior. “As pessoas saem do Brasil para jogar lá fora. Imaginem os empregos que nós poderíamos gerar aqui, sobretudo nesse momento de crise e desemprego. Ultimamente o jogo na internet tem sido a grande sensação no mundo inteiro. Empresas brasileiras tem se instalado no Paraguai e no Uruguai para comandar o jogo da internet do Brasil. E nunca recolheram sequer um centavo de imposto para o povo brasileiro”, reclama o parlamentar.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que entre os 193 países-membros, 75,52% têm o jogo legalizado e regulamentado, sendo que o Brasil está entre os 24,48% que não legalizaram esta atividade. Já entre os 156 países que compõem a Organização Mundial do Turismo, 71,16% tem o jogo legalizado, mas vale ressaltar que entre os 28,84% (45 países) que não legalizaram a atividade, 75% são islâmicos e tem a motivação na religião.

“Precisamos urgentemente pensar na legalização desses jogos de alguma forma, com o Estado arrecadando impostos e legalizando a questão trabalhista desses milhares de funcionários. Atualmente, por mais que prendam todos os